

ROMÁRIO MARTINS E A HISTORIOGRAFIA PARANAENSE

José Erondy Iurkiv*

RESUMO: O artigo trata da pertinência e da vontade discursiva da elite paranaense na intenção de construir um novo território, uma nova nação. Romário Martins foi um dos principais articuladores do movimento que se intitulou “paranista”. Homem culto, político e atuante em vários segmentos; um dos fundadores da atual Universidade Federal do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, dos movimentos em defesa do Paraná na Guerra do Contestado e da extinção do Território do Iguaçu, em 1946. Defendeu suas tese no clássico História do Paraná, que fornece a tessitura do artigo proposto.

PALAVRAS-CHAVE: construção discursiva; paranismo; historiografia; educação no Paraná.

ROMÁRIO MARTINS AND THE HISTORYGRAPHY OF PARANÁ

ABSTRACT: The article is about the pertinence and the discursive will of the elite of Paraná in the intention of building a new territory, a new nation. Romário Martins was one of the main articulators of the movement that titled itself “paranista”. An educated man, political and actuate in several segments, one of the founders of the actual Federal University of Paraná, the Historic and Geographic Institute of Paraná, the movements in defense of Paraná in the Contested War e of the extinction of the Iguaçu Territory, in 1946. He defended his theses in the classic History of Paraná, which gives the context of the proposed article.

KEY WORDS: discursive construction; paranismo; historygraphy and education in Paraná.

1. Introdução

Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba em 08 de setembro de 1874. Filho do tenente-coronel José Antônio Martins e de Florência Severina Ferreira Martins. Faleceu em Curitiba, em 10 de setembro de 1948 (Martins, 1991).

É originário de família refinada, vinda da antiga São Sebastião, onde o museu local, o Solar dos Ferreira, guarda alfaías de seus ancestrais maternos. O bisavô paterno, José Martins, médico, era o cirurgião-mor da casa dos Bragança. Já

* José Erondy Iurkiv, Docente da UNIPAR/Campus Toledo, Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorando pela Universidade Federal Fluminense.

Endereço: Av. Parigot de Souza, 3636, Jardim Prada, Toledo, PR. 85.903-170

em Curitiba, seu avô, Manoel Félix Martins, foi comendador. Seu pai foi sócio do Clube Literário Curitibano, ligado ao Museu Paranaense. Também foi administrador do Correio Geral do Paraná.

Romário Martins viveu num ambiente intelectual fecundo. Ingressando nos estudos oficiais, foi matriculado no Colégio Curitibano, de onde, juntamente, com companheiros de sua geração, saíram pessoas que hoje emprestam os nomes para ruas, logradouros, cidades e que tiveram participação direta nos desígnios do futuro Estado do Paraná: Ermelino Leão, João Pernetta, Júlia Wanderley, dentre outros, foram seus colegas de classe.

Casado com Ana Fausta de Menezes, o casal constituiu família de oito filhos. Romário Martins iniciou no mundo do trabalho remunerado em 1889, quando já cursava Jornalismo. Foi tipógrafo nas oficinas do jornal Dezenove de Dezembro. Rapidamente, galgou ao posto de jornalista quando colaborou em vários jornais e revistas, como “A República” e a “Ilustração Paranaense”.

Novos jornais, revistas, publicações, poesias e poetas despontavam sob os ventos simbolistas. Em termos econômicos, o Estado experimentava a extração da erva-mate e os primeiros carregamentos de madeira destinados à exportação. A estrada de ferro ligando Curitiba a Paranaguá e seus ramais ao redor da capital e o início da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, fazia Curitiba e sua intelectualidade ufanar-se.

O meio literato agitava-se em seu frêmito. Publicações nasciam e Romário Martins participava de quase todas, juntamente com um grupo muito ativo. Estava, novamente, ao lado de pessoas que faziam parte do panteão paranaense: Leôncio Correa, Sebastião Paraná, Júlio e Emiliano Pernetta, Rocha Pombo e outros.

Em 1893, publica “*Vozes Íntimas*”. Em seguida, 1894, “*Noites e Alvoradas*”. Ambas, obras poéticas, a propósito, suas únicas no gênero. Em 1895, envereda pelos caminhos da Sociologia. Publica “*O Socialismo*”, quando se ocupa dos sistemas sociais e da crítica da sociedade da época. Ao mesmo tempo, ingressa no jornal Diário do Comércio, tendo como padrinho seu parceiro de sarau, Rocha Pombo. Sob orientação de Rocha Pombo, desenvolve uma intensa crítica ao governo do Estado pela sua falta de atenção para com os índios paranaenses, principalmente os kaingangs, de Palmas, na região Sul do Paraná. Opôs-se, frontalmente, à intelectualidade paulista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, principalmente, ao seu membro e também diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, que defendia o extermínio dos kaingangs “*para que a civilização fizesse o que a natureza tardaria a conseguir*”. A maior parte da polêmica de “pelos índios” deu-se também pelas páginas da revista “*O Cenáculo*”.

Alguns de seus biógrafos comparam-no a um *dandy*, enquanto um arauto da modernidade, mas, também, crítico e símbolo da revolta contra o sistema.

Do meio literário, progressivamente, assume uma feição de historiador. Em 1896, com “*Fatos e Tradições Paranaenses*”, reúne um apanhado de artigos tratando da história dos arredores de Curitiba e de Paranaguá. Apesar de não ser

editada, segundo seus biógrafos, a obra foi distribuída no interior de “*História do Paraná*”, que teve sua primeira publicação em 1899, com cerca de 250 páginas. Na segunda edição, publicada em 1937, com as revisões e os acréscimos chega a aproximadamente 500 páginas. Com certeza, a sua obra de maior envergadura.

História do Paraná marca definitivamente a entrada de Romário Martins no rol dos historiadores. Com um amplo conhecimento da historicidade paranaense, assessora a campanha ao senado do Coronel Joaquim Lacerda, eleito em 1897.

A vocação de ser um defensor inveterado do território paranaense apareceu-lhe logo cedo. Como funcionário público e autor de uma tímida História do Paraná, foi enviado aos arquivos paulistas e cariocas em busca de documentos que comprovassem os direitos paranaenses sobre os territórios pleiteados por Santa Catarina. Foi um dos responsáveis pela coleta documental para a argumentação de que o Paraná era o legítimo detentor das terras contestadas por Santa Catarina.

Atuou abertamente também no caso da criação do Território do Iguacu. Opôs-se frontalmente à divisão. Foi um dos relatores da argumentação de que o Paraná é uno e indiviso, recorrendo, para isto, a todo um arsenal político, econômico e simbólico. Pelo que tudo indica, foi o fundador do *paranismo*.

Segundo ele mesmo dizia, uma das formas de defender o Paraná era estar presente na cena política. Foi deputado estadual em oito legislaturas. Além de se preocupar com a regulamentação das atividades extrativistas, foi um grande heraldista. As bandeiras do Paraná e de Curitiba contam com a sua participação. Como legislador da polêmica indigenista, foi o autor das leis que criaram as reservas indígenas de Palmas, Guarapuava, Tibagi e Rio Negro.

Com uma produção fértil, foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não se conformava que um Estado, que mais tarde diz ser uma espécie de filial da Suíça, não mantivesse seu próprio instituto. Em 24 de maio de 1900, numa reunião com a intelectualidade curitibana, fundou, junto com colegas do Colégio Curitibano, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, que foi presidido por ele até 1923, quando já havia sido eleito sócio dos institutos de São Paulo, Bahia, Fluminense, de Santos, do Rio Grande do Sul, da Sociedade Geográfica de Lisboa e da História Internacional de Paris, além de ter sido contemplado com títulos honoríficos e medalhas de honra ao mérito.

Juntamente com o Instituto, participou ativamente do movimento para a criação da que, futuramente, viria a se constituir na Universidade Federal do Paraná, tida, hoje, como a primeira universidade federal do país. Ela foi, na verdade, fundada como faculdade em 1911, tendo sido federalizada em 1948, mesmo ano da morte de Romário Martins.

Adepto da modernidade e também da modernização, envidou esforços para que as práticas agrícolas paranaenses fossem atualizadas. Como secretário de Agricultura do Estado do Paraná incentivou a criação de sociedades agrícolas e a tecnificação. Foi, também, o relator do código florestal paranaense.

Romário Martins foi fértil em produzir intelectualmente, em projetar, em construir o Estado. Foi, realmente, ímpar. Elaborou o projeto de modernidade que a elite estadual propôs ao Paraná. Romário, além dos discursos, foi um homem que tentou materializar efetivamente o projeto. *História do Paraná* é a tentativa de inteligência do espaço paranaense, do homem e de suas possibilidades futuras.

Ver, portanto, como o autor interpreta essas questões à luz de um projeto de modernidade para o Estado é o objetivo do presente texto.

2. A Obra e as Idéias

“- O Pinheiro alto, eril, de longos braços estendidos para os horizontes, -”.

“É o Paraná, transfigurado no símbolo verde das esperanças que se realizam, da hospitalidade acolhedora dos advindos de todos os quadrantes do mundo, da afirmação de força e de altura incitadoras das resistências para o trabalho e para as preocupações altruísticas.”
(Ex-libris de Romário Martins)

A obra de Romário Martins, *História do Paraná*, teve a sua primeira publicação em 1899. Passou por reedições, em 1937 e em 1953, cinco anos após a sua morte, quando foi publicada a versão definitiva. *História do Paraná* iniciou tímida, com cerca de 250 páginas. No mesmo ano da sua edição foi adotada como obra oficial da história paranaenses nas escolas do Estado.

Extremamente narrativo, jornalístico e informativo, o texto apresenta uma série de informações detalhadas, abrangendo suas localidades e épocas de uma forma seqüencial. Todavia, não se dispõe das edições anteriores de forma a possibilitar comparações. A primeira edição é bastante acessível em bibliotecas maiores. A segunda, um tanto quanto rara. Porém, acredita-se que, no decorrer dos estudos, haverá possibilidade de fazer-se as comparações que se tornarem necessárias. No entanto, para a finalidade deste estudo, pensa-se que, a edição, republicada em 1995, por um programa do governo estadual, em convênio com a prefeitura de Curitiba, inserida na coleção *Farol do Saber*, é válida. A republicação relançou, de certa forma, os clássicos historiográficos paranaenses, sem mencionar que toda a coleção é apresentada por Mario Vargas Llosa e conta com um conselho editorial composto pela intelectualidade renomada do Paraná.

A exemplo dos momentos de redefinição populacional e territorial, a coleção *Farol do Saber* vem, pode-se dizer, re-fundar discursivamente o Paraná. Nessa perspectiva, poder-se-ia inserir *História do Paraná*. A apresentação de Mario Vargas Llosa demonstra a pretensa modernidade almejada pela paranidade: *por qué no creería, después de haber visto con mis propios ojos que era cierto que Curitiba tiene una Ópera construída no com mármol ni fierro ni concreto sino com alambre*” o texto de Vargas Llosa está presente em todas as obras reunidas na coleção.

A exemplo do início do século, novamente, o arsenal discursivo volta à carga, revalorizando os signos identitários paranaenses.

A definição e a afirmação da territorialidade paranaense sempre incomodaram a elite. Com vida autônoma recente, o Estado foi desmembrado da 5ª Comarca de São Paulo, em 1853, enfrentando, desde então, problemas na definição de sua territorialidade. Em vários momentos, sua espacialidade foi ameaçada. O desenho dos limites foi sempre questionado. O Paraguai reivindicava terras paranaenses. A Argentina também, na questão de Palmas. Em 1912, uma guerra foi travada com Santa Catarina pela região do Contestado. Em 1943, Getúlio Vargas cria o Território do Iguazu, extinto em 1946, depois de uma mobilização extraordinária da elite que irá se repetir quando a Constituinte, de 1986, volta a discutir o assunto.

Esta instabilidade territorial obrigou os vários segmentos da elite a lançarem mão de um arsenal para forjar no, imaginário, referenciais que identificassem e reunissem todos os habitantes em torno de uma pretensa *paranidade*. A estratégia percorre a vegetação, os acidentes naturais, os rios e o próprio discurso. A elite sempre teve claro o tipo de território que projetava e também os seus habitantes.

São várias as formas de conhecimento produzidas sobre o espaço paranaense, mas, talvez, nenhum outro tenha produzido tantos efeitos quanto o conhecimento historiográfico. Esta afirmação parece evidente porque o ofício de historiar demarca os começos, demarca os limites, institui fronteira, enfim, nomeia aquilo que é imóvel, colocando seu objeto no universo da cultura. O historiador trabalha com a fundação à medida que a narrativa matrícia uma série de procedimentos que se clivam com outras especialidades do saber.

Assim, pode ser lida uma das obras fundadoras da historiografia paranaense, *A História do Paraná*, de Alfredo Romário Martins. Ela não somente se ocupa da descrição de um sentido ao território paranaense. As pesquisas permitem visualizar a historicidade do diálogo sobre o espaço territorial paranaense do início do século.

Já nas páginas iniciais, o autor deixa claro que “o conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino.” (Martins, 1995). Como um adepto claro de diversos determinismos, como o geográfico, entendeu que o Paraná demorou a ser percebido pelos exploradores pela “curva excessivamente reentrante da costa (Martins, 1995)” o que teria colaborado para que o litoral paranaense passasse incógnito durante muito tempo. É o meio visto como definidor das ações humanas.

Na seqüência, a referência é ao relevo paranaense, que, pela classificação geográfica mais difunda, seria dividido em *litoral*, *Serra do Mar* e pelos três planaltos: o *primeiro planalto* ou planalto de Curitiba, o *segundo planalto* ou planalto de Ponta Grossa, separado do primeiro pelas escarpas devonianas da Serra de São Luís de Purunã e, finalmente, o *terceiro planalto* ou

planalto de Guarapuava, este, a oeste, compreendendo as elevações eruptivas da Serra da Esperança até as barrancas do Rio Paraná.

O meio como molde do homem estava influenciando Romário Martins diretamente. As serras dificultavam a comunicação terrestre. Outro entrave encontrava-se nos rios que “correm de leste a oeste, e embora de pouca utilidade para a navegação comercial, devido às corredeiras e outros empecilhos, se tivessem suas barras no mar teriam influído para o progresso do Hinterland (Martins, 1995).”

A costa paranaense extremamente reentrante, o relevo com acidentes que dificultavam a comunicação, as florestas de pinheiros que assustavam o viajante e, finalmente, o clima, “esse indiscutível fator. Como modificar dos tipos étnicos, notadamente os exóticos, facilitando-lhes ou não a adaptação e, assim influenciando no desenvolvimento histórico (...) em toda a obra realizada pelo homem à superfície do planeta, há sempre a visível influência dos variados fatores da terra, do mar e do ar (Martins, 1995)”.

Romário Martins segue, em sua obra, apresentando detalhadamente o nome dos rios, seus afluentes e as bacias hidrográficas que os compõem. As populações indígenas lhe são caras. Ele promove a descrição de 54 tribos que habitavam o Paraná e que, hoje, em sua maioria, são praticamente desconhecidas dos historiadores, como os tingüiis, ou, na tradução, nariz afilado, com a curiosa forma de habitar covas abertas em pleno campo. Segundo o autor, a atual cidade de Araucária, na região metropolitana de Curitiba, era conhecida como Tindiquera, ou, *buraco do tingüi*.

Nos vinte capítulos de sua obra, versando sobre o meio, a posse da terra, os índios, os caminhos, os ciclos econômicos, a administração e a organização provincial, dois deles chamam a atenção do leitor: o capítulo 6, denominado *Fatores Étnicos Fundamentais* e, o 14, intitulado *Novos Fatores Étnicos*, no qual estão desenhados os tipos de homens que deveriam habitar o Paraná e constituir, o que ele mesmo chamou, a “mancha loura” no Sul do país.

No capítulo “Fatores Étnicos Fundamentais”, Romário Martins reconhece a presença e a importância do elemento indígena na composição étnica da população paranaense. Lamenta, igualmente, que, muitos deles tivessem sido arrancados de seu habitat e enviados como escravos a outras regiões, especialmente a São Paulo. Segundo o autor, os índios brasileiros formam o primeiro tripé da etnicidade brasileira.

Chama a atenção tal assertiva, pois o projeto de modernidade paranaense passava, justamente, pela valorização do imigrante europeu, e, de certa forma, pelo ocultamento de outras etnias. Wilson Martins, em seu *Um Brasil Diferente* (MARTINS 1989) afirmou, em 1954, que o Paraná se fez sem negro, sem português e também sem índio. Wilson Martins está pensando e projetando o Paraná. Ele é um arauto da elite paranaense do momento, assim como Romário Martins.

Essa pesquisa é ainda muito preliminar mas, o último, ao reconhecer a importância do elemento indígena na composição étnica paranaense está, sem

medo de errar, na vanguarda, uma vez que se cristalizou na historiografia paranaense, principalmente, a que tematiza a idéia de que o oeste paranaense era um vazio demográfico (MOTTA, 1994), que não havia ninguém, o que teria facilitado a instalação de projetos de colonização capitaneados pelas companhias colonizadoras sem nenhuma tensão ou conflito, tese só questionada recentemente, a qual parece demonstrar uma clareza e conhecimento ímpar do Paraná por parte de Romário Martins.

Quando fala do elemento branco, representado pelo ibérico, recorre à genealogia para demonstrar os fatores constitutivos da população ibérica, pois “o português faz parte de uma série de tipos antropológicos classificados sob a denominação de tipos ‘europeus morenos’”.

O autor discorre sobre a assertiva de que o Paraná era uma “zona de passagem”, pois, dentre outros aspectos, situava-se entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Brancos, aproveitando a geografia e o clima, montaram fazendas para invernar o gado transportado em tropas do Sul para o Sudoeste. Para a manutenção das invernações, foi empregada a mão-de-obra escrava, o que Romário Martins reconhece de pronto. Novamente, ele antecipa-se à historiografia que, como já citado, nega a presença negra no Paraná. “O terceiro fator étnico que influi na formação do povo brasileiro foi representado pelo negro africano transado na sua pátria e trazido para a nossa, como escravo, pelos conquistadores (MOTTA, 1994).”

Romário faz uma rápida análise dos hábitos políticos e culturais do negro. Eram poligâmicos, mas, também eram democráticos, heranças da constituição de seus reinos na África. Artisticamente, eram detestáveis e infantis. Novamente o meio físico e geográfico influiu.

No Paraná, a economia era de exploração ou pecuária. Nela, usava-se pouca mão-de-obra. Por isso, os escravos não foram expressivos no Paraná. Mesmo assim, “sua influencia no caráter brasileiro não pode ser obscurecida. O negro africano concorreu, e muito, com a exuberância de seus instintos afetivos, de resignação e de cordura, despertados pela disciplina das senzalas para este espírito de tolerância e de desprendimento que forma o fundo de nosso caráter”.

O autor cita Roquete Pinto e von Martius. Por enquanto, não se pode precisar, uma vez que a obra é construída ao longo de praticamente 50 anos e, como a leitura da primeira edição ainda não foi feita, acredita-se que Romário Martins possa ter sido influenciado pela idéias de von Martius e pela proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de buscar a inteligência do Brasil a partir da fusão das três raças. Sabe-se que ele visitou arquivos do império em busca de documentos, ou, então, a título de hipótese, talvez tivesse sido partidário das idéias de Gilberto Freire, apesar de não mencioná-lo no texto.

A famosa passagem sobre a condição das três raças, proferida por Antonil, encontra-se contemplada nos escritos da História do Paraná, bem antes de Roberto DaMatta tê-la restituído à dignidade e a profundidade e ter reconhecido no mulato valores até então desprezados, pois, “dos seus cruzamentos com o branco surgiu então esse tipo de mestiço – o mulato – a que se destinava larga e profunda

influência social a seguir da independência política do país (MOTTA, 1994)” Romário Martins, um dos grandes intelectuais da paranidade, adepto da eugenia e do branqueamento, parece trilhar o caminho de posse da constatação de que a população negra está em progressivo declínio porcentual no Estado. Segundo levantamentos do autor, em 1780, 40% da população paranaense era negra. Atualmente, esta cifra é de menos de 3%.

Reconhece no negro a sua cota, a sua participação na formação da nação brasileira. Acontece que o Paraná é diferente, ou, nas palavras de Wilson Martins, é um *Brasil diferente*. Wilson Martins, que não tem vínculos de parentesco próximos de Romário Martins, escrevendo na década de 1950, nega a existência de negros e índios na composição étnica brasileira.

Romário Martins, talvez, demonstre a existência de negros na população, fiel às idéias eugênicas e cientifzantes dos teóricos raciais europeus e norte-americanos. Novamente Romário Martins surpreende. Ele acredita que, com a mistura de raças, a cor negra, apesar de racialmente inferior, seria diluída pelo sangue branco, e sentencia:

são tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observado no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente. (...) Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando muito mais perfeitamente a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações. Desses elementos não herdou o brasileiro as qualidades egoísticas como as que habitam o fundo psicológico das populações do Velho Mundo, antes, pelo contrário, constitui-se por desígnio insondável da criação, um dos mais nobres tipos morais da humanidade, do ponto de vista social, político e moral (MARTINS, 1995).

Ao finalizar o capítulo, apresenta números que demonstram que a população paranaense salta de 250 mil pessoas para cerca de um milhão no espaço que compreende os anos de 1872 até 1937, e que os negros cresceram de 10.500 para cerca de 15.000 mil almas.

No capítulo 14, intitulado *Novos Fatores Étnicos*, Romário Martins demonstra cada vez mais seu apreço pelo branqueamento. Isso pode ser percebido quando cita o relato de Saint Hilaire, que teria visitado Curitiba em 1820, “*Em nenhuma parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos* (MOTTA, 1994)”. O autor parece não estabelecer uma hierarquia entre os imigrantes europeus, como fez Wilson Martins, anos mais tarde, que asseverava que os alemães eram os que trariam o progresso e a civilização. Na ausência de negros, que, para Wilson Martins são insignificantes no Paraná, o grande

impedimento ao desenvolvimento estava personificado na figura do polonês, ou “polaco”, amante das festas e das bebidas, juntamente com mulheres altamente erotizadas, que representavam no Paraná a mesma imagem do negro na maior parte do Brasil (MARTINS, Wilson).

Romário não hierarquiza as raças brancas. Reconhece a presença indígena nas terras paranaenses e identifica a passagem do negro pela nossa formação histórica, apesar deste último estar em progressivo decréscimo percentual.

Em termos historiográficos, transita entre a informação e a descrição, com raros momentos de análise. O fato é que foi um dos mais aguerridos defensores e fundadores da territorialidade paranaense. Seus cantos de louvor ao Paraná e o movimento que organizou em torno disto ficaram conhecidos como paranismo.

Paranismo é um neologismo de autoria de Romário Martins para designar os que nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, de louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver enquanto civilização.

O verdadeiro paranista seria aquele que contribuísse em tal empreitada. A frase mais famosa, talvez, sobre o tema é, também, de autoria de Romário Martins. Para ele, poder-se-ia considerar pertencente à civilização paranaense aquele que “*fez um filho, plantou uma árvore e escreveu um livro.*”

As três referências constituem-se em predicados muito valorizados pela moderna sociedade industrial. O primeiro, a masculinidade, como uma recorrência ao pinheiro araucária, símbolo falocêntrico do paranaense. Se podes gerar um filho, és homem. Na segunda assertiva, novamente aparece o pinheiro, mas como um signo identitário dos paranaenses *morigerados e laboriosos*. Para se plantar uma árvore, devemos ser aptos ao labor e acreditarmos num futuro de nossa civilização paranaense. A civilização é continuidade e estabilidade. O pinheiro é uma árvore milenar. Por terceiro, temos que escrever um livro, pois a perfeita civilização deve ser intelectualizada. A materialização da intelectualidade se dá através de publicações. É o livro. Com este tripé estava dado o molde do homem paranaense.

Como fundador e defensor da territorialidade paranaense é que deve ser situado o autor Alfredo Romário Martins. *História do Paraná* apresenta a pujança que a intelectualidade e a elite paranaense almejava ao Estado, com seu “projeto de modernidade”. A releitura mais atenta da obra, depois de discussões apresentadas nas aulas da disciplina de Historiografia Brasileira, e também calcada na bibliografia sugerida, fez surgir questionamentos que demandarão mais pesquisas para serem respondidos.

3. Referências

DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Chain/Banestado, 1991

MARTINS, Romário, *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiróz, 1989.

MOTTA. Lucio Tadeu. **A Guerra dos Índio Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná. Maringá: EDUEM, 1994.

Sobre a presença deste ideário na historiografia paranaense, consultar: MOTTA. Lucio Tadeu. **A Guerra dos Índio Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná. Maringá: EDUEM, 1994,

Data de Recebimento: 07/05/2002.

Data de Aceite: 03/12/2002.